



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

DIRETRIZES PARA UMA REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA: CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE E A INSTRUÇÃO DA NOBREZA

KATE CONSTANTINO PINHEIRO DE ANDRADE OLIVEIRA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo

A Modernidade na Europeu foi marcada pela reformulação das relações entre o homem e mundo, por um processo de racionalização das relações sociais. A educação, matéria do Estado, é vista como um braço de ação de políticas que visavam a formação de um novo tipo de homem, útil ao Estado e temente à Deus. Na missão de pensar a instrução pública, intelectuais, a exemplo de António Nunes Ribeiro Sanches (1699 - 1783), apresentaram propostas para uma reforma da instrução portuguesa. Este artigo apresenta, dessa maneira, ponderações sobre uma de suas obras, *Cartas sobre a educação da mocidade*, texto de referência no pensamento pedagógico europeu, publicado em 1760, para pensarmos a instrução da nobreza portuguesa e suas contribuições para as diretrizes do Collegio Real dos Nobres de Lisboa, fundado em 1761.

Palavras-chaves: *Cartas sobre educação da mocidade*. Collegio Real dos Nobres. Instrução Pública.

Résumé

La Modernité en Europe a été marquée par la reformulation de la relation entre l'homme et le monde, à travers un processus de rationalisation des relations sociales. L'éducation, question d'État, est considéré comme un bras d'action politique visant à la formation d'un nouveau type d'homme, utile à l'État et craignant à Dieu. Dans la tâche de penser sur l'éducation publique, intellectuels, comme António Nunes Ribeiro Sanches (1699 - 1783), ont présenté des propositions

pour une réforme de l'enseignement portugais. Cet article presente, donc, des poids sur une de ses œuvres, *Cartas sobre a educação da mocidade*, texte de référence dans la pensée pédagogique européenne, publié en 1760, pour réfléchir sur l'éducation de la noblesse portugaise et leurs contributions aux directrices du Collegio Real dos Nobres, fondée en 1761.

Mots-clés: *Cartas sobre educação da mocidade*. Collegio Real dos Nobres. L'Éducation Publique.

O ILUMINSIMO PORTUGUÊS E AS REFORMAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA

No território europeu, a Modernidade pode ser identificada pela reformulação nas percepções entre o homem e o mundo, num processo de racionalização das relações sociais. Esse movimento de transformação, nomeado por Iluminismo, não aconteceu de forma homogênea no velho mundo, possuindo a península Ibérica uma especificidade cultural e política de resistência às modernas ideias. A questão do Iluminismo na Espanha e em Portugal possui, dessa maneira, interpretações distintas na historiografia, tendo o Portugal do século XVIII seu conceito de modernidade associado ao período pombalino (OLIVEIRA, 2010).

[...] a governação pombalina impõe-se como uma ruptura sem precedentes na história portuguesa, uma vez que propôs mudanças estruturais, com destaque para sua reforma da instrução pública que, ao estatizar o ensino e institucionalizar a profissão docente, teve um papel pioneiro na Europa (OLIVEIRA, 2010, p. 44).

O discurso das reformas pombalinas reconhecia este possível estado de atraso português em relação às nações civilizadas, responsabilizando os jesuítas pelo retardamento de Portugal em todos os setores da vida – econômico, político e cultural. A educação, vista como um dos braços de ação da política iluminista de Pombal teve na secularização das suas instituições de ensino uma via para o desenvolvimento da nação “[...] isso porque a educação, passando a ser razão de Estado, adquiriu um caráter pragmático e até utilitário, uma vez que estava a serviço da administração do todo poderoso ministro de D. José I” (NUNES, 2013, p. 11).

Para este fim, alguns intelectuais, antes mesmo do período pombalino, isto é, ainda durante o reinado de D. João V (1707 - 1750), defendiam a ideia da criação, na cidade de Lisboa, de um instituto responsável pela instrução da juventude, um estabelecimento que fosse compatível com o século de progresso material vivido na Europa (OLIVEIRA, 2006). Entre esses intelectuais, António Nunes Ribeiro Sanches (1699 - 1783), que vivia por esta altura em Paris, tinha pelas questões da educação e do ensino grande interesse.

AS CARTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE: PENSANDO A INSTRUÇÃO PÚBLICA - DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA AO ENSINO UNIVERSITÁRIO

Sanches pertencia ao grupo dos intelectuais portugueses que exerceram a sua atividade profissional no estrangeiro, os designados *estrangeirados*. Saído de Portugal aos vinte e sete anos de idade, e de personalidade então muito conhecida na vida cultural portuguesa no século XVIII, suas reflexões tinham o propósito de intervenção na reforma da cultura filosófica e científica do seu país (CARVALHO, 1986, p. 437). Sobre a educação, duas das produções de Sanches influenciaram significativamente as transformações realizadas posteriormente pelas reformas da política do ministério do Marquês de Pombal. A primeira, *Método para aprender e estudar a Medicina*, publicada em 1763, lançou as bases teóricas para a instituição de uma Faculdade Real de Medicina, semelhante às então existentes em Bolonha, Nápoles, Paris e Viena (OLIVEIRA, 2006). A segunda, *Cartas sobre a educação da mocidade* surgiu na ocasião da publicação, pelo Marquês de Pombal, do Alvará de 28 de junho de 1759, que reformou o ensino de Humanidades, sendo também conhecido como Lei Geral dos Estudos Menores[1].

Assim, ao ter notícia de que em Portugal fora publicado o alvará de 28 de Junho de 1759 em que se decretava a nova metodologia a aplicar no ensino das Escolas Menores, após a eliminação da Companhia de Jesus, Sanches ficou entusiasmado e sentiu-se impelido a aproveitar a situação de abertura para a expressão de novas ideias e a oferecer as suas na matéria em causa (CARVALHO, 1986, p. 438).

Cartas sobre a educação da mocidade tem como objetivo, explicitado pelo autor em sua introdução, a construção de uma história do ensino e da pedagogia na Europa. A obra é uma das mais importantes referências bibliográficas da pedagogia portuguesa e foi redigida em forma de cartas, como era frequente no século XVIII. As cartas começaram a circular em 1760, um ano após a publicação em Portugal do Alvará que buscava a reforma do ensino das “Letras Humanas”, no momento de expulsão dos supostos causadores do estado calamitoso em que se encontrava o ensino português, os padres jesuítas da Companhia de Jesus.

A nova configuração da Europa, agora não mais sustentada pelas conquistas territoriais e sim pelo trabalho e pela indústria, mudou as relações política e civil. (MAXWELL, 1996). A educação aplicada em Portugal seguia, até então, as orientações das máximas eclesiásticas, as leis das monarquias góticas, que objetivavam a expansão de seus domínios, estabelecendo a religião pela força e intolerância, e o estado militar e civil pela tirania e pelas leis civis (SANCHES, 19--). O intento de Sanches era, pois, propor um ensino a toda a mocidade com os princípios de utilidade à pátria, propondo a virtude, a paz e a boa-fé como os alvos desta educação e a doutrina e as

ciências como meio para adquirir estas virtudes sociáveis e cristãs.

O meu intento é propor tal ensino a toda a mocidade dos dilatados domínios de Sua Majestade, que no tempo da ocupação e do trabalho e no tempo do descanso lhe seja útil, e à pátria: propondo a virtude, a paz e a boa fé por alvo desta educação, e a doutrina e as ciências como meio para adquirir estas virtudes sociáveis e cristãs. Nunca me sairá do pensamento formar um súbdito obediente e diligente a cumprir as suas obrigações, e um cristão resignado a imitar sempre do modo que alcançamos aquelas imensas acções de bondade e de misericórdia (SANCHES, 19-- , p. 125).

O plano geral de educação da mocidade portuguesa apresentado por Sanches pensava a estrutura do ensino desde a educação primária até o ensino universitário. Todavia, esta mocidade apresentava-se separada em três grupos sociais – o povo, a classe média e a nobreza, e tinham o seu destino escolar traçado não pela capacidade de seus componentes, mas apenas por sua situação social. A orientação das *Cartas*, em conformidade com as tendências fisiocratas de muitos intelectuais das Luzes, mostrava-se contra a extensão do ensino à globalidade da população. Limites, sobretudo às populações rurais, são impressos em seu plano pedagógico com o simples propósito de não estimular, pelo desejo de melhor vida, a migração para as cidades, o despovoamento dos campos e a extinção de alguns ofícios do meio rural.

Que filho de Pastor quererá ter aquele ofício de seu paí se à idade de doze anos soubesse ler e escrever?

[...] O Rapaz de doze ou quinze anos, que chegou a saber escrever uma carta, não quererá ganhar a sua vida a trazer uma ovelha cansada às costas, a roçar de pela manhã até à noite, nem a cavar (SANCHES, 19-- , p. 127).

Para a mocidade da classe média, a instrução deveria ser feita pelas Escolas Menores, caso a família não pudesse custear a instrução desse jovem com mestres particulares. Nestes estabelecimentos, a educação utilitarista era o lema, perdendo o jovem o “mimo e regalo” típicos da casa de seus pais, ganhando, contudo, maiores conhecimentos da vida civil, como o patriotismo, o sentimento de pertença ao Estado [...]” (SANCHES, 19-- , p. 148-149).

Nestas Escolas Menores, a que Sanches designa por Pensões, por Escolas Reais e ainda por Escolas de Latim, aprender-se-ia a ler, a escrever e a contar, e também o catecismo cristão e a educação cívica, por um compêndio apropriado a que chama “Catecismo da Vida Civil”, e o governo doméstico aprendido por uma “Arte de ter livros de conta e razão” onde se trataria de róis, letras

de câmbio e procurações. A esta preparação propedêutica se seguiria o estudo do Latim, do Grego, da Língua Materna, Princípios de Filosofia Moral, Retórica, História e Geografia (CARVALHO, 1986, p. 442).

Quanto ao ensino superior da mocidade burguesa, as *Cartas* indicavam a criação de Escolas Maiores ou Colégios Reais bem como da Universidade Real que tinham por metodologia a memorização e a ilustração dos conhecimentos pela observação, leitura, ensino e conversação fazendo uso do método de explicação de viva voz.

A INSTRUÇÃO DA NOBREZA PORTUGUESA: O COLLEGIO REAL DOS NOBRES DE LISBOA.

Para a fidalguia e nobreza portuguesas a educação buscava a conservação da monarquia, sendo ofertado aos nobres uma instrução que lhe garantisse seguir um caminho profissional no qual fosse permitida a acumulação de honrarias, pois somente entre a nobreza se achavam as pessoas mais aptas para servirem à pátria pelas armas, nos exércitos de Oficiais de Mar e Terra.

A arte da guerra hoje, é ciência fundada em princípios que se aprendem e devem aprender antes que se veja o inimigo: necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão; que o guerreiro tome a pena e saiba tão bem calcular e escrever, como é obrigado a combater com a espada e com o espontão. O verdadeiro guerreiro é hoje um misto de homem de letras e de soldado (SANCHES, 19-- , p. 174).

Sanches defendia uma educação para a fidalguia não somente nas letras mas também na política e nas matemáticas, buscando, com isso, a formação de um corpo de funcionários capazes de servirem à sua pátria nos governos e importantes cargos administrativos em tempos de guerra e de paz. Descartadas as vias da educação doméstica ou daquela realizada nas escolas ordinárias pela ausência da emulação e da imitação, recursos tão caros para o desenvolvimento do vigor, altivez e ânimo, predicativos necessários ao perfil da fidalguia e nobreza, o único modo indicado para a educação desta mocidade seria o de aprender em sociedade[2] ou em colégios.

É proposta então a instituição de um *Corpo de Cadetes* ou *Escola Militar* ou *Collegio dos Nobres* que buscasse transformar os hábitos sociais da nobreza, condenados por Sanches. Valores como a tolerância, a utilidade pública e a instrução de dominância militar e técnico-científica seriam ensinadas a um corpo de guarda onde os soldados seriam os meninos e moços nobres ou fidalgos (SANCHES, 19--). Para a construção desse projeto de instituto militar, Sanches se valeu da experiência de outras nações, como a Dinamarca, a Suécia e a Prússia, mas principalmente a França.

No ano 1751 se estabeleceu em Paris a Escola Real Militar. A sua instituição é para educar-se nela quinhentos gentis-homens à custa real: os militares são os mestres para ensinar a arte da guerra; e os seculares, homens de letras, as artes e as ciências. Mas como na **Enciclopédia**, impressa em Paris, se acha uma exacta descrição desta famosa escola no artículo *École Militaire – tome cinquième*, não necessito entrar aqui em maior explicação. E só farei algumas observações sobre o que se podia imitar de louvável em Portugal desta instituição (SANCHES, 19-- , p. 183, grifo do autor).

Assim, para o caso português, a orientação de Sanches era a educação da nobreza pela nobreza, prática que se manteve em Portugal até o reinado de D. João III, sendo suas posteriores gerações educadas por amas plebeias. O Collegio Real dos Nobres indicava o ingresso do seu alunato o mais cedo possível, entre oito ou nove anos, no intento principal de formá-lo na virtude, no amor à pátria e na obediência às leis.

A instrução no Collegio Real dos Nobres, dedicada à formação da juventude nobre, orientava segundo os propósitos dos soberanos mas também para o cumprimento da obrigação de cristão, sendo a Religião o primeiro ensino, ministrado por pároco e vigários particulares. Para as demais disciplinas, da mente e do corpo, deveriam ser indicados oficiais militares em número de seis a oito: um major, um vice-major, três ou quatro capitães e outros tantos tenentes, todos estrangeiros (SANCHES, 19-- , p. 193).

Sanches propõe um quadro de mestres estrangeiros por acreditar não ser habitual entre eles a prática de distinção ou submissão para com a nobreza, pois “o oficial português, que ensinar ou instruir na sua obrigação um menino fidalgo, sempre lhe mostrará uma distinção ou submissão, e não se atreverá a executar com ele o que pede a disciplina militar” (SANCHES, 19-- , p. 194). Os únicos de origem portuguesa seriam os mestres das disciplinas do corpo.

Os mestres de dança, esgrima, equitação e natação, seriam também portugueses, e seriam até os únicos portugueses do conjunto do corpo docente, pois todos os outros professores, de Línguas, de Ciências, de História, de Filosofia, etc., deveriam ser estrangeiros, e as matérias ensinadas ou em Latim ou em Francês (CARVALHO, 1986, p. 445).

Um total de vinte ou vinte e uma lições, ensinadas em latim ou francês e distribuídas em cinco dias de aula – segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, sexta-feira e sábado; compunham a grade curricular do Collegio, sendo “[...] o dia da quinta-feira destinado inteiramente para o exercício militar – o *manejo da espingarda*, as *evoluções militares* e a *táctica*” (SANCHES, 19-- , p. 195).

Cinco lições de gramática da sua própria língua, escrevê-la e compor nela com propriedade e elegância; a língua latina, castelhana, francesa e inglesa.

Três lições de aritmética, geometria, álgebra, trigonometria, secções cónicas, etc.

Três lições de geografia, história profana, sagrada e militar.

Duas ou três do risco, fortificação, arquitectura militar, naval, civil, com os instrumentos e modelos necessários para aprender estas ciências.

Duas de hidrografia, náutica, com os instrumentos.

Cinco dos exercícios corporais: dança, esgrimir, manuseio da espingarda, montar a cavalo e nadar (SANCHES, 19-- , p. 197).

Saber escrever com propriedade em língua portuguesa, bem como escrever e falar em língua castelhana, francesa e inglesa foram conhecimentos em evidência no texto de Sanches, apresentando para o ensino de gramática a maior carga horária das aulas. Além do ensino destas línguas, aos alunos do Collegio foi também proposto o contato com o alemão e o italiano.

Os mestres para ensinar a *língua castelhana, francesa e inglesa* necessariamente deviam ser estrangeiros. E na Escola Militar de Paris os serventes são alemães e italianos para que, pelo uso, aprendam aqueles educandos estas línguas, além do ensino que têm dos mestres – método que se devia imitar (SANCHES, 19-- . 195).

Com a criação do Collegio Real dos Nobres, o Estado português nutria a certeza de ofertar à sua pátria um núcleo de formação de estadistas capazes de engrandecê-la. O pensamento científico de Sanches enfatizava as excelências do método experimental e as virtudes das Ciências Exatas, da Matemática, em particular, como elemento componente do rigor necessário para a construção das ciências que trariam a modernidade, o progresso. O francês era no Collegio Real dos Nobres ensinado como um conhecimento necessário, pois todo o curso deveria ser ministrado nesta língua, o que o caracterizava como veículo de acesso aos demais saberes, “Já se vê que – ao passo que os educandos souberem a sua língua, a latina e a francesa, a geografia, a cronologia e os elementos da história – devem passar a outras classes, onde se ensinarão as ciências que dependem destes conhecimentos” (SANCHES, 19-- , p. 195).

O texto da obra orienta, dessa modo, para uma reforma na instrução pública portuguesa, configurando-se como um guia para o pensamento pedagógico da época. De caráter pragmático,

novas propostas para a educação são apresentadas, na tentativa de justificar a tutela do ensino pelo Estado, marcado pelo ideal de laicização da educação em Portugal e em seus domínios, embora na prática a instrução pública portuguesa se mantivesse ainda durante mais de um século com forte marca religiosa. No ano seguinte ao da publicação das *Cartas sobre a educação da mocidade*, foi criado, em 1761, o Collegio Real dos Nobres, em Lisboa. Carvalho (1986) defende a ideia de uma relativa influência das proposições das *Cartas* na redação dos estatutos publicados em 7 de março de 1761 que regularam a criação do Collegio Real dos Nobres. Dizemos relativa influência porque, o “Colégio dos Nobres de Lisboa não foi uma Escola Militar, conforme era ideia fundamental de Sanches”, mas uma escola civil com a particularidade de ser destinada também a nobres (CARVALHO, 1986, 446).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Algumas das proposições apresentadas por Sanches foram acatadas na elaboração da Carta de Lei de 1761, documento que cria o Collegio Real dos Nobres de Lisboa, principalmente no que se refere às matérias do seu plano de estudos. No Collegio Real dos Nobres foram incluídas matérias como a Física e a Astronomia e retirada a Natação das atividades físicas. Quanto ao ensino de Línguas, ocorreram algumas mudanças como o acréscimo do ensino de Grego e Italiano e a saída do ensino do Castelhana (CARVALHO, 1986).

A abertura do Collegio Real dos Nobres só ocorreu em 19 de março de 1766, encerrando suas atividades em 1837. As *Cartas sobre a educação da mocidade*, de Sanches, assim como a proposta de educação apresentada nos Estatutos de funcionamento do Collegio Real dos Nobres, são exemplos da tentativa de modernização da educação de Portugal. Para a construção de um Estado forte fazia-se necessário pensar na formação da instrução de seu povo. E pensar na educação da nobre juventude portuguesa era traçar os planos de ação da máquina administrativa.

A instrução não somente nas letras mas também na política e na matemática buscava a formação de um novo tipo de homem, coerente com as propostas da sociedade iluminista. Elementos como a equidade no tratamento dos nobres, o estudo de línguas e a prática de atividades físicas foram mecanismos adotados com o objetivo de formar um cidadão útil aos propósitos do Estado português naquela altura. As *Cartas* também apresentaram um projeto de divisão da sociedade em classes, e uma educação com objetivos específicos para o desenvolvimento de cada classe, o que revela para nós as implicações políticas a que todo pensamento pedagógico está ligado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia. Exército e cultura escolar no Brasil do século XIX. In: ALVES, Cláudia; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Militares e Educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartel, 2010. p. 125 – 138.

BARBOSA, Sara Rogéria Santos; NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. As contribuições de Luiz Antonio Verney e Antonio Nunes Ribeiro Sanches para o ensino de Língua Latina durante as Reformas Pombalinas da Instrução Pública. In: **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, São Cristóvão, 2012. p. 1-16.

Disponível em:

<http://>

educonse.com

[.br](http://educonse.com)

[/2012/eixo_05/PDF/25.pdf](http://educonse.com/2012/eixo_05/PDF/25.pdf)

. Acesso: 13 jul. 2014.

CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

GONÇALVES, Maria Filomena. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. In: **VII Congrès de Linguística General**. Barcelona, 2006, 18 p.

Disponível em:

<http://>

www.

[academia.edu/6410929/Iluminismo_e_pensamento_lingu%C3%](http://www.academia.edu/6410929/Iluminismo_e_pensamento_lingu%C3%ADstico_em_Portugal_o_exemplo_das_gram%C3%A1ticas_filos%C3%B3ficas)

[ADstico_em_Portugal_o_exemplo_das_gram%C3%](http://www.academia.edu/6410929/Iluminismo_e_pensamento_lingu%C3%ADstico_em_Portugal_o_exemplo_das_gram%C3%A1ticas_filos%C3%B3ficas)

[A1ticas_filos%C3%](http://www.academia.edu/6410929/Iluminismo_e_pensamento_lingu%C3%ADstico_em_Portugal_o_exemplo_das_gram%C3%A1ticas_filos%C3%B3ficas)

[B3ficas](http://www.academia.edu/6410929/Iluminismo_e_pensamento_lingu%C3%ADstico_em_Portugal_o_exemplo_das_gram%C3%A1ticas_filos%C3%B3ficas). Acesso: 21 jul. 2015.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: Paradoxo do Iluminismo. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1996.

NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. **A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

PORTUGAL. Carta de Lei com os Estatutos do Real Collegio dos Nobres. Desde a última compilação das ordenações, redigida pelo desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. **Collecção Da Legislação Portugueza**. Lisboa: Na Typografia Maignense. Anno 1830.

Disponível em:

<http://>

books.google.com

.br

/books?

id=SF9FAAAAcAAJ&hl=ptBR&pg=PP11#v=thumbnail&q&f=true.

Acesso em: 13 set. 2014.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Domingos Barreira, 19--.

[1] Segundo Oliveira (2010, p. 66) "A chamada Lei Geral dos Estudos Menores é indiscutivelmente a mais importante peça legislativa pombalina sobre o ensino de línguas. Com tal reforma, que deu novo sentido ao ensino de Humanidades, tornando o estudo da gramática e da retórica mais compatível com as modernas orientações linguísticas e pedagógicas do chamado 'século das luzes', a educação passou oficialmente a ser gerida pelo Estado, que por sua vez tornou-se responsável por controlar a seleção e a carreira dos professores, institucionalizando assim a profissão docente".

[2] Para a ideia de educação em sociedade, Sanches exemplifica o modo romano da educação da nobreza. "O seu ensino, no tempo da puerícia, se reduzia à filosofia moral e trato da vida que lhes ensinavam os filósofos. Mas esta instrução era prática: entravam no senado com seus pais ou tutores, como ouvintes; ali ouviam praticar o que aprendiam em casa; de tal modo que um menino de dezassete anos estava instruído na eloquência, na arte de escrever, porque sabia falar, nas leis da pátria, no sacerdócio, nas leis civis e políticas, que pela prática aprendiam; e vendo diante de si aqueles senadores – um que tinha triunfado, outro que tinha ganhado um reino, outro que tinha decretado leis, como cônsul – enchia-se o coração daqueles ilustres objetos, para imitar aquelas acções ordenando, mandando e obrando" (SANCHES, 19--, p.179-180).

* Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes - SE (2016). Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França - SE (2012). Graduada em Letras Português-Francês pela Universidade Federal de Sergipe (2009). Atua como estudante pesquisadora do Núcleo de Estudos de Cultura da UFS – Pólo autónomo internacional do CLEPUL: HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO (NECUFS) e do Grupo de Pesquisa História da Educação no

Nordeste Oitocentista (GHENO/GT-SE). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Francesa.

Recebido em: 16/08/2016

Aprovado em: 18/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: